

- 1 - Art. 52: X - suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;
 - Essa discussão é antiga e extremamente polêmica, exigiria uma aula só para isso.
 - <https://www.dizerodireito.com.br/2017/12/stf-muda-sua-jurisprudencia-e-adota.html>
- 2 - Remoções administrativas - discussão sobre posse de bens públicos
- 3 - O abuso de poder pode se manifestar como excesso de poder, caso em que o agente público atua além de sua competência legal, como pode se manifestar pelo desvio de poder, em que o agente público atua contrariamente ao interesse público, desviando-se da finalidade pública.

DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO ANTI-CORUPÇÃO E
PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA

21º Questão (3,4 Pontos)

O que é inconstitucionalidade por omissão, e qual ou quais os institutos processuais positivados na Constituição Federal que visam a correção desse vício?

22º Questão (3,4 Pontos)

O princípio constitucional da função social da propriedade é aplicável às chamadas propriedades especiais? Justifique.

23º Questão (3,4 Pontos)

Existe alguma restrição constitucional para que qualquer nacional seja legitimado a propor ação popular? Justifique.

Scanned by CamScanner

02.09.2001

24º Questão (3,4 Pontos)

Em determinada seção eleitoral apurou-se que mesário beneficiou-se de atos de improbidade administrativa praticados por agente público. Na hipótese, o mesário é um servidor público e se sujeitará às mesmas punições impostas a esse? Justifique.

25º Questão (3,4 Pontos)

Diante do princípio da igualdade de todos perante os ônus e encargos sociais, os atos lícitos realizados pelo Estado são passíveis de responsabilização? Justifique.

- 21 - Mandado de Injunção e ADIN por omissão - Ler Lei 9.868/99 e Lei nº 13.300/16.
- 22 - Termo antiquado, função social está na CF e é aplicado a todas propriedades
- 23 - Ação Popular - requisito da cidadania
- 24 - Improbidade - Os agentes honoríficos são cidadãos convocados, designados ou nomeados para prestar, transitoriamente, determinados serviços ao Estado, em razão de sua condição cívica, de sua honorabilidade ou sua notória capacidade profissional. Entre os exemplos, pode-se citar o mesário eleitoral e o jurado do Tribunal do Júri.
- 25 - A responsabilidade objetiva estatal independe do caráter lícito ou ilícito da ação ou da omissão estatal, tendo em vista que o foco da ordem jurídica moderna não é sancionar a conduta, mas, sim, reparar o dano causado.

2ª Questão: (15 pontos) É possível que uma determinada lei federal validamente editada sob a égide da Constituição Federal venha a se tornar inconstitucional posteriormente? Fundamente.

3ª Questão: (10 pontos) Considerando uma interpretação sistemática da Constituição da República Federativa do Brasil, pode-se reconhecer hipótese(s) de participação popular direta em algum dos atos do processo legislativo de criação das emendas constitucionais? Justifique a resposta.

4ª Questão: (15 pontos) José, no momento em que assistia a uma partida de futebol no Estádio Mário Filho, foi atingido por um projétil de arma de fogo, provavelmente de um fuzil, na altura do estômago, vindo a falecer. Embora não se tenha logrado identificar o autor do disparo feito do lado de fora do estádio esportivo, Ana, viúva de José, revoltada com a omissão do Estado em prestar segurança aos cidadãos frequentadores de locais públicos de grande movimento, procura a Defensoria Pública, buscando uma compensação para amenizar a dor, a tristeza e o sofrimento causado pela morte súbita de seu marido e pai de seus filhos menores.

Análise a questão e discorra sobre as teorias administrativistas que envolvem o problema.

5ª Questão: (10 pontos) Decreto do Exmo. Sr. Prefeito do Município de Serra Nova determina aos comerciantes ambulantes que desocupem os logradouros públicos do centro daquela cidade. Inconformado, modesto ambulante, alegando estar cadastrado junto a municipalidade, bem como estar ocupando espaço público por força de autorização, procura a Defensoria Pública solicitando a impetração do competente Mandado de Segurança.

Pergunta-se: Assiste razão ao modesto comerciante ? Justifique.

- 2 - Inconstitucionalidade superveniente - O STF não admite a tese da inconstitucionalidade superveniente.
- 3 - Questão doutrinária polêmica
 - A iniciativa popular de emenda à Constituição Estadual é compatível com a Constituição Federal, encontrando fundamento no art. 1º, parágrafo único, no art. 14, II e III e no art. 49, VI, da CF/88.
 - Embora a Constituição Federal não autorize proposta de iniciativa popular para emendas ao próprio texto, mas apenas para normas infraconstitucionais, não há impedimento para que as Constituições Estaduais prevejam a possibilidade, ampliando a competência constante da Carta Federal.
 - STF. Plenário. ADI 825/AP, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 25/10/2018 (Info 921).
- 4 - Questão polêmica - Responsabilidade civil por omissão do Estado
 - Risco integral
 - Risco administrativo
 - Responsabilidade objetiva em caso de omissão específica
 - Responsabilidade subjetiva em omissão genérica
- 5 - MS em caso de ambulante

✓ DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO PREVIDENCIÁRIO E PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA

21º. Questão (3,4 Pontos)

Qual(s) o(s) sistema(s) que a Constituição da República prevê para sua modificação formal? Justifique a resposta.

22º. Questão (3,4 Pontos)

Identifique as hipóteses de incidência de controle de constitucionalidade preventivo existentes no Brasil. Fundamente a resposta.

23º. Questão (3,4 Pontos)

Estabeleça a relação entre a imprescritibilidade do crime de racismo e o princípio da dignidade da pessoa humana.

24º. Questão (3,4 Pontos)

Servidor público estadual é demitido após regular processo administrativo disciplinar. De posse de fatos novos, o servidor pleiteia a revisão administrativa e, em consequência, é reintegrado ao cargo. Na hipótese, é cabível indenização por perdas e danos? Justifique.

25º. Questão (3,4 Pontos)

Antes de iniciar obra, autorizada pelo Município, Caio teve sua licença para construir revogada pela administração. A licença poderia ter sido revogada? Em caso positivo, Caio poderá postular indenização por eventuais prejuízos? Justifique.

- 21 - Poder Constituinte Derivado reformador
- 22 -

